

Bloco defende implementação de medidas que permitam às grávidas voltar a ter acompanhante no parto em São Miguel

O Bloco de Esquerda quer que sejam criadas as condições para garantir que as grávidas podem voltar a estar acompanhadas no momento do parto na ilha de São Miguel, um direito que tem sido negado desde o incêndio no hospital de Ponta Delgada, em março deste ano.

“Se por um lado, já era inadmissível a impossibilidade das grávidas terem acompanhante nos partos por cesariana no HDES, a situação do incêndio piorou a experiência de parto destas mulheres e famílias, uma vez que passaram a ter de estar sozinhas num momento de extrema importância nas suas vidas”, refere o Bloco num requerimento enviado ao governo.

Tendo em conta que o direito das grávidas a ter acompanhante no parto está a ser negado com base na falta de privacidade por estarem várias grávidas no mesmo espaço, o Bloco defende que devem ser encontradas soluções que permitam preservar este direito à privacidade, quer através de soluções físicas temporárias, quer através da procura de consenso entre as várias grávidas presentes sobre a possibilidade da presença dos acompanhantes de cada uma perante as condições existentes.

No requerimento enviado hoje ao governo regional, o Bloco denuncia também o incumprimento do Governo da Resolução aprovada no parlamento que recomendava medidas de prevenção e combate à violência obstétrica nos Açores, nomeadamente a realização de um estudo regional anónimo sobre práticas de violência obstétrica, a implementação de um inquérito de satisfação às puérperas em relação à sua experiência de parto, e a realização de ações de sensibilização para a prevenção e combate à violência obstétrica.

O Bloco assinala que se “desconhece verdadeiramente o grau de violência obstétrica na região, porque o Governo Regional não avança” com estas medidas que foram recomendadas pelo parlamento, por proposta do Bloco de Esquerda.

“Todas estas lacunas, combinadas com a atual situação hospitalar na ilha de São Miguel, poderão ter consequências negativas na experiência de parto das mulheres e famílias”, conclui o Bloco de Esquerda.

Assim, o Bloco quer que o governo explique porque continua a ser restrito às grávidas em São Miguel a permanência de acompanhante durante o trabalho de parto, e por que motivos não foram ainda emanadas diretrizes para que o Hospital CUF Açores (onde estão a ser encaminhadas as grávidas neste momento) altere os seus procedimentos em relação a esta restrição e passe a prever o consentimento prévio em relação à possibilidade da presença de acompanhante de outras grávidas no mesmo quarto.

“Irá o Governo Regional alterar a sua conduta em relação à restrição de acompanhante nos partos por cesariana? Se sim, quando entrará em vigor?”, lê-se no requerimento.

O Bloco quer ainda saber quando é que o governo vai cumprir as medidas previstas na resolução do parlamento que recomenda prevenção e combate à violência obstétrica nos Açores.

13 de novembro de 2024
